

Organizações do Terceiro Setor: em busca de uma denominação



No Brasil, o Terceiro Setor sempre esteve presente. Mas foi a partir da década de 1990 que ele ganhou força, frente à crise de financiamento do Estado e às demandas sociais crescentes. Basta ver que, segundo as informações mais recentes disponíveis para o setor, das 338 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil) existentes no país em 2005, 68% delas foram fundadas após 1991. Essa expansão do Terceiro Setor foi interpretada como a organização da sociedade civil para buscar soluções próprias naquele momento crítico, fora da lógica do Estado (Primeiro Setor) e do setor privado (Segundo Setor).

Atualmente, existe uma multiplicidade de nomes que costumam ser usados para designar de forma genérica as organizações que compõem esse setor, tais como: organizações sem fins lucrativos (OSFLs); organizações da sociedade civil (OSCs); organizações não-governamentais (ONGs); organizações sociais (OS); organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP); o nome técnico Fasfil; ou simplesmente organizações do terceiro setor (OTS). Qual dessas denominações seria a mais adequada?

Para refletir sobre essa questão, tomarei por base o levantamento das Fasfil para 2005, um trabalho conjunto do IBGE com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e a Associação Brasileira de ONGs (Abong) que tem o mérito de acompanhar as estatísticas do Terceiro Setor no

Brasil, o que vem sendo feito de forma comparável internacionalmente, uma vez que o estudo adota a metodologia prescrita pelas Nações Unidas. Assim, os seguintes pontos são destacados.

Primeiro, quando se leva em conta a natureza jurídica da organização, nem todas as instituições sem fins lucrativos são computadas no chamado Terceiro Setor. Ser uma organização sem fins lucrativos é apenas um dos cinco critérios. Os outros quatro critérios são: ser uma organização privada; estar institucionalizada ou legalmente constituída; ser auto-administrada; e ter caráter voluntário, isto é, a sua criação é livremente decidida por seus sócios ou fundadores. Assim, obedecidos a todos os cinco critérios, das 601 mil instituições sem fins lucrativos existentes no Brasil em 2005, apenas 56% delas podiam ser consideradas como Fasfil, ou organização do terceiro setor (OTS). Isso porque, desse conjunto maior, foram excluídas alguns tipos de instituições sem fins lucrativos, como por exemplo cartórios, partidos políticos, entidades sindicais e condomínios em edifícios.

Basta esse argumento para evidenciar que o termo OSFLs não é adequado, pois significa incluir um número maior de organizações que não fazem parte do chamado Terceiro Setor, seguindo a classificação internacional. Mas, por outro lado, ao adotar o critério das Nações Unidas, a consequência é que aquelas organizações excluídas do conjunto das entidades sem fins lucrativos vão dar origem a um novo setor, possivelmente um “quarto setor” – pois elas não podem ser computadas nem no setor público, nem privado, nem no Terceiro Setor.

Um segundo ponto a destacar é o de que esses cinco critérios definidores de OTS correspondem a apenas três figuras jurídicas do Código Civil Brasileiro, que são: associação, fundação e organização religio-

sa. A associação é definida a partir da união de ideias e esforços de um grupo de pessoas em torno de um propósito sem fins lucrativos. Já a fundação é constituída inicialmente pela reunião de bens (patrimônio) e sua destinação a uma finalidade determinada pelo instituidor. Embora o termo instituto compo- nha a razão social de várias entidades desse setor, ele não chega a representar propriamente uma pessoa jurídica, podendo estar constituído sob a forma de associação (na maior parte das vezes) ou fundação.

Daí que, se à primeira vista o termo técnico Fasfil (fundações privadas e associações sem fins lucrativos), adotado pelo levantamento IBGE/Ipea/Gife/Abong para caracterizar o Terceiro Setor no Brasil, poderia até parecer insuficiente para dar conta dos diferentes tipos de instituições que compõem esse setor, na realidade vê-se que não é, pois está baseado nos termos do Código Civil. Todavia, o que se pode contra-argumentar é que a sigla Fasfil é imprecisa pois, possivelmente por razões de sonoridade, não deixa explícito que são apenas as fundações e associações privadas que devem ser incorporadas (as públicas, não); além de também não dar o devido destaque para as organizações religiosas, que aí detêm participação significativa.

E, em terceiro lugar, não se pode também esquecer que no Brasil certas organizações do Terceiro Setor já se encontram definidas segundo legislação específica, como é o caso das organizações sociais (Lei 9.637 /1998) e das OSCIPs (Lei 9.790 / 1999). Nos dois casos, trata-se de associações ou fundações privadas sem fins lucrativos que celebram formalmente parceria com o Estado para o atendimento do interesse público.

As organizações sociais foram criadas para absorver atividades que podem ser publicizáveis, ou se-

ja, não exclusivas do Estado (áreas de saúde, educação, cultura, meio ambiente e pesquisa científica) mas até então exercidas pelo Estado, de modo a conferir maior eficácia na prestação dos serviços públicos. Por meio de contrato de gestão, o Estado cede (ou transfere) equipamentos, bens, recursos financeiros e até servidores para essas organizações, mas passa a deter o controle estratégico das ações da organização, por meio de cobrança de metas de desempenho e participação em seus Conselhos de Administração. Já nas OSCIPs, a ingerência do Poder Público é bem menor: mediante termo de parceria, as organizações são qualificadas para receber recursos do governo e prestar determinados serviços públicos acordados.

Levando em conta esse terceiro argumento, fica claro que, pelo menos no Brasil, os termos OS e OSCIPs já foram devidamente apropriados e têm sentidos específicos definidos em legislação.

Por sua vez, o termo ONG, tão amplamente utilizado, peca por descrever uma organização “pela negativa, isto é, pelo que ela não é”. Ademais, o fato de uma organização não ser governamental, não necessariamente implica que ela seja uma organização do Terceiro Setor, pois ela pode ser privada com fins lucrativos.

Já o termo OSCs, que é também bastante adotado, incorre na mesma deficiência apontada anteriormente para as OSFLs. Isto porque nem toda organização da sociedade civil atende simultaneamente aos cinco critérios estabelecidos pela ONU para ser considerada como pertencente ao Terceiro Setor.

Enfim, frente a essas ponderações, tendo a concluir que o Terceiro Setor ainda continua em busca de uma denominação adequada. Por ora, mesmo com a ressalva de não ser um nome com sentido em si, sugiro que se adote o termo genérico “Organização do Terceiro Setor – OTS”.



Jeans mais verdes

Leslie Kaufman
Do New York Times

Do campo de algodão na Índia rural para o mercado local norte-americano, um par de calças jeans típico consome 919 litros de água durante seu ciclo de vida. É o que afirmou a empresa Levi Strauss & Company, explicando que a quantidade é suficiente para encher cerca de 15 banheiras. A conta inclui a água usada para irrigar a lavoura de algodão, a costura das calças de brim e até as lavagens em casa.

A companhia quer reduzir essa quantidade de água, e não só pensando na responsabilidade ambiental. A preocupação é que, com as mudanças climáticas, a escassez do produto em partes do planeta torne o recurso tão caro que a produção do jeans se torne inviável.

Para proteger o tripé da própria empresa, a Levi Strauss passou a financiar um programa para pequenos fazendeiros na Índia, no Paquistão, no Brasil e na África Central. Eles aprendem a capturar água, economizando no ciclo de produção. Um estudo recente encomendado por fazendeiros indianos apontou que eles adotaram as novas técnicas, reduziram o uso de água e pesticidas por uma média de 32%. O lucro foi 20% maior do que a de um grupo de controle usando métodos tradicionais. Além disso, a empresa implantou etiquetas, explicando aos clientes que não é preciso lavá-las com tanta frequência.

E as preocupações de conservação não se limitam aos gigantes do vestuário: empresas de alimentos e bebidas de tabaco e metal, além de mineradoras, estão começando a pensar em sua forte dependência da água. A Pepsico, por exemplo, adotou um método de sanitização de garrafas de plástico com ar purificado, em vez de água, em uma fábrica na Geórgia. Para os produtores de salgadinhos ensacados, a empresa identificou sementes resistentes à seca de batata que ela fornece aos agricultores, juntamente com um método de monitoramento do solo, de modo que as culturas são regadas ape-



nas quando necessário.

O Carbon Disclosure Project, um grupo que monitora as emissões de gases de efeito estufa de corporações, recentemente adicionou a segurança da água entre suas prioridades. Das 150 empresas que responderam no ano passado a um questionário que o CDP enviou para as maiores corporações do mundo, quase 40% relataram que os problemas de água já resultaram em impactos negativos para seus negócios.

A ameaça de escassez de água entrou nas discussões da Levi Strauss ano passado, quando as inundações no Paquistão e campos ressecados na China destruíram plantações de algodão e causaram aumento dos preços. Cerca de dois quilos de algodão são necessários em cada calça jeans que a empresa fabrica. Embora os cientistas sejam cautelosos ao fazerem a ligação de eventos climáticos às alterações climáticas, as recentes ocorrências de grandes enchentes e secas estão em consonância com os padrões que os especialistas há muito projetaram e que resultaria do aquecimento global. A regra geral é que regiões úmidas ficarão mais úmidas e regiões secas se tornarão ainda mais áridas.

Empresas que fazem negócios no exterior também estão concorrendo com os custos da água subindo porque, em alguns casos, a água usada

não é suficientemente limpa. A empresa também corre o risco de ter sua imagem manchada se for denunciada desperdiçando o recurso.

— O volume total de água utilizada por um único negócio de bebidas, por exemplo, pode não ser muito. Mas eles são, muitas vezes, os usuários mais visíveis em uma localidade, e esgotam as águas subterrâneas muito mais rápido do que um pequeno agricultor — disse Dr. Lall.

Já o algodão é cultivado principalmente por uma rede difusa de pequenos agricultores em mais de 70 países. Incentivar práticas eficientes de água é um desafio formidável. O cultivo de algodão é responsável por mais de 3% do consumo mundial de água na agricultura e 6% de todas as compras de pesticidas. Práticas ultrapassadas, como inundações de campo, contribuem para o consumo excessivo.

Em 2005, ONGs e organizações da indústria de algodão e alguns gigantes varejistas, incluindo Ikea, Gap e Adidas fundaram a ONG Iniciativa por um Algodão Melhor, para promover a conservação de água e reduzir o uso de pesticidas e de trabalho infantil na indústria. Levi Strauss entrou no grupo em 2009. O grupo de parceiros inclui empresas como a Cotton Inc, uma associação americana que disponibilizou todo o conhecimento para a redução do consumo de água.

NYT

Liberianos pedem socorro

Com aumento do preço das commodities, liberianos estão buscando ajuda internacional, pois não podem mais pagar por alimentos básicos. Segundo reportagem publicada no site da revista inglesa “The Economist”, um saco de arroz agora é vendido por US\$ 42. 60% dos liberianos vivem com US\$ 1,25 por dia, segundo o governo. Uma xícara de arroz custa US\$ 120 liberianos. A Líbia financiou o cultivo de arroz no interior da Libéria, mas desistiu após romper relações diplomáticas com o coronel Muammar Kadafi, ex-ditador do país, morto mês passado. Importadores de arroz dizem que estão sendo pressionados por uma empresa holandesa, que assumiu o porto franco de Monróvia no início deste ano e elevou suas taxas de movimentação de US\$ 3 por tonelada para US\$ 10 por tonelada métrica. Após a morte de Kadafi, a Libéria pede ajuda da comunidade internacional.

Dia da comunidade solar

Seguindo a lógica do movimento Occupy Wall Street, contra o capital financeiro, outro movimento ganhará espaço no próximo dia 20: o dia da comunidade solar. A ideia é simples, consiste em agrupar entusiastas da energia solar em diferentes partes do mundo e ocupar terraços de prédios que as pessoas gostariam de ver convertidos em energia solar. O objetivo é chamar atenção para as possibilidades de energia limpa já existentes. Para participar, é só acessar o site solararmsaic.com/solarday e buscar um grupo. O Rio de Janeiro já está no mapa, convidado a montar um grupo.

Óleo de palma

Uma pesquisa do Conselho Internacional de Transporte Limpo (ICCT) e da Universidade de Leicester está chamando atenção para as emissões de carbono oriundas de biocombustíveis. Segundo o estudo, as emissões de carbono de biocombustíveis gerados a partir do óleo de palma de turfeiras podem, por vezes, ser equiparadas às das fontes fósseis. A liberação de CO2 dos combustíveis do óleo de palma das turfeiras é mais de 50% maior do que se estimava anteriormente, já que os novos cálculos apontam para uma emissão de, no mínimo, 86 toneladas de dióxido de carbono anuais por hectare de plantação de palma, contra as 50 toneladas projetadas previamente. Segundo os pesquisadores, os biocombustíveis que causam qualquer expansão significativa da palma na turfa tropical na verdade aumentarão as emissões em relação aos combustíveis do petróleo. Quando produzidos dessa forma, são uma fonte de combustível insustentável.